



Releitura do uso de animais em atividades de ensino e pesquisa por docentes da PUCRS a partir da oficialização da Lei Arouca :subsídios para um agir adequado do CEUA/PUCRS

Mariana Lima Coltro¹, Anamaria Gonçalves dos Santos Feijó¹

¹*Faculdade de Ciências Biológicas, PUCRS,* ²

Resumo

As tarefas da ética, dentro da filosofia da moral, não se limitam à conceituação da moralidade e suas normas de ação, mas sua aplicação prática nos distintos âmbitos da vida social, envolvendo seres humanos e não-humanos. No Brasil, no âmbito da ética aplicada a animais no ensino e pesquisa, a tônica da discussão centraliza seu foco nas normativas a serem seguidas no país a partir da promulgação da Lei Arouca em 2008. Em função desta realidade entendeu-se ser extremamente importante conhecer a opinião dos docentes da área da saúde e da biologia da PUCRS sobre a lei, o decreto que a oficializa, suas orientações e exigências de limites sabendo-se que no Brasil a substituição de animais além de ética também é questão legal. Esta pesquisa, portanto traz, através de análise qualitativa, a posição assumida por representantes desta categoria universitária, oportunizando detectar pontos a serem trabalhados no âmbito institucional pela Comissão de Ética ao Uso de animais (CEUA) da PUCRS. Para seguir a análise de conteúdo segundo Engers (1987) foram gravadas e transcritas entrevistas, seguidas de análise horizontal e vertical para buscar categorias. Desta análise emergiram duas categorias, **cuidado** e **substituição**. A primeira refere-se ao cuidado que o professor e pesquisador devem ter ao usar animais. Apareceu a importância de ser levada em consideração dor, sensibilidade e vulnerabilidade animal, assim como, a necessidade do profissional conhecer a espécie que está manipulando a fim de diminuir o dano. A segunda categoria, substituição, enfatizou a necessidade da busca de alternativas para minimizar o número de animais principalmente em aula prática. Apareceu na investigação também a importância das alternativas para buscar uma melhor compreensão dos alunos acerca da valorização da vida. Concluiu-se que a responsabilidade para que a lei se cumpra institucionalmente é das CEUAs, contudo estas necessitam conhecer o que pensam os

professores e pesquisadores sobre a nova realidade brasileira que se desenha a partir da legislação, de forma a subsidiarem suas atividades em consonância com as necessidades de seus parceiros diretos: os membros do corpo docente universitário. A pesquisa mostrou que os entrevistados refletem sobre o tema e o vêem como importante. Eles consideram o animal como um ser sensiente e uma grande parte aceita a substituição dos animais por métodos alternativos em aulas práticas, embora não haja consenso no que se refere à substituição na pesquisa.